



PSICANÁLISE

Léa Silveira

A travessia da estrutura em Jacques Lacan

Blucher

A TRAVESSIA DA
ESTRUTURA EM
JACQUES LACAN

Léa Silveira

A travessia da estrutura em Jacques Lacan

© 2022 Léa Silveira

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonatas Eliakim

Produção editorial Catarina Tolentino

Preparação de texto Gabriela Castro

Diagramação Guilherme Henrique

Revisão de texto Danilo Villa

Capa Leandro Cunha

Imagem da capa iStockphoto

Blücher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme

5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua*

Portuguesa, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação
na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Silveira, Léa

A travessia da estrutura em Jacques Lacan / Léa Silveira. – São Paulo : Blücher, 2022.

438 p. : il.

Bibliografia

ISBN 978-65-5506-074-4 (impresso)

ISBN 978-65-5506-069-0 (eletrônico)

1. Lacan, Jacques, 1901-1981 2. Psicanálise
I. Título

22-1677

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise

Conteúdo

| | |
|---|-----|
| 1. Estruturalismo: Termos da aproximação | 15 |
| 1.1 O percurso anterior e por que Lacan chega ao estruturalismo | 15 |
| 1.2 Características do estruturalismo que favoreceram a aproximação | 53 |
| 1.3 Estrutura X sujeito: novos destinos do impasse | 118 |
| 1.4 Estruturalista? | 124 |
| 1.5 Continuidade da investigação | 131 |
| 2. Inflexões da estrutura na psicanálise | 135 |
| 2.1 Como o <i>Curso de linguística geral</i> aparece em Lacan | 135 |
| 2.2 Posição do <i>Seminário 2</i> | 150 |
| 2.3 Ponto de vacilação da fala | 153 |
| 2.4 Modos de articulação da estrutura | 156 |
| 2.5 Realidade | 157 |
| 2.6 Verdade | 159 |

| | |
|---|-----|
| 2.7 Crítica da compreensão e dissociação entre conhecimento e verdade | 170 |
| 2.8 Valor transcendental do sistema simbólico | 181 |
| 2.9 Ontologização do significante? | 186 |
| 2.10 Rumo ao dispositivo específico da psicose: três negações | 195 |
| 2.11 Dispositivo específico da psicose: <i>Verwerfung</i> | 206 |
| 2.12 Consistência do Édipo: símbolos zero para o desejo | 225 |
| 2.13 Desejo de nada | 238 |
| 2.14 As leis da linguagem são as leis do inconsciente | 259 |
| 2.15 Problematização da linguística | 262 |
| 2.16 Níveis de valor da linguagem | 266 |
| 2.17 Tipos de relação entre linguagem e inconsciente | 270 |
| 2.18 Necessidade do traço unário como operador da negação | 273 |
| 3. Sujeito <i>a</i> | 285 |
| 3.1 O problema | 285 |
| 3.2 Uma manobra cartesiana deslocada | 301 |
| 3.3 Esse sujeito garantido pelo <i>cogito</i> , o que é? | 327 |
| 3.4 Desvios da relação a si | 375 |
| Considerações finais | 411 |
| Referências | 419 |

1. Estruturalismo: Termos da aproximação

*O próprio dos impasses é justamente
que eles são fecundos.*

Lacan – *Seminário 6*, sessão 6

*1.1 O percurso anterior e por que Lacan chega ao estruturalismo*¹

O início do percurso intelectual de Lacan, no contexto da psiquiatria, encontra-se marcado por um conflito que será a prerrogativa maior de toda a sua obra. Ele se circunscreve diante dos seguintes questionamentos: como garantir a reserva do espaço do sujeito, como sujeito do sentido, na medida mesma em que se procura configurar a sua ordem objetiva de determinação? Estipular essa objetividade,

¹ O presente capítulo retoma alguns trechos, acrescentando novos desenvolvimentos e reformulações, da dissertação de mestrado *Dos complexos familiares ao Discurso de Roma: Lacan rumo à racionalidade estruturalista*, defendida em setembro de 2002, no Departamento de Filosofia da UFSCar.

no caso em que o alvo do estudo é a subjetividade, não implica necessariamente a sua simples e total exclusão? Esse conflito – que bem se traduz no oxímoro “*objetivação do sujeito*” – não é nada menos do que um mergulho, sempre conduzido às suas últimas consequências, no dilema que outorga às próprias “ciências humanas”² como um todo o seu frágil lugar epistemológico.³ O enfrentamento acirrado de tal problema pode ser apontado como o denominador comum a fazer dessa obra, a despeito das miríades de faces e das metamorfoses constantes, uma única obra. O interesse de Lacan é, desde sempre e em qualquer momento, teorizar o sujeito. Quer atravessasse a psiquiatria, a psicologia ou a psicanálise, quer tivesse em vista a necessidade de formular uma causalidade específica para a psicose ou os caminhos que conduzem à neurose, seu empenho – o impulso mesmo para colocar em jogo os mais diversos referenciais teóricos – sempre teve como pano de fundo o intuito de perseguir essa questão.

Seu programa de estudos nasce com a tentativa de formular o fenômeno psicótico em uma série de oposições, da qual podemos discernir cinco alvos interrelacionados que, ao serem atacados, ditarão muito essencialmente o ritmo e as escolhas da obra lacaniana de forma geral, conferindo-lhe seus princípios epistemológicos: o *organicismo*, o *substancialismo*, o *realismo*, o *individualismo* e o *reducionismo*. Suas origens certamente remontam à leitura e à adesão à crítica (tanto no sentido negativo – de acusação dos princípios presentes na tradição –, quanto no positivo – de preparação de um

2 Grafo “ciências humanas” entre aspas para marcar a inadequação da expressão no contexto da psicanálise lacaniana. Lacan (1966y) reserva-lhe dois motivos: ela exprime uma relação de poder e nomeia algo que não existe, o “homem da ciência” (p. 859).

3 Lugar, no que diz respeito à psicologia, exemplarmente bem descrito por Gréco (1967/1976): “É a infelicidade do psicólogo: nunca está seguro de que ‘faz ciência’. Se a faz, nunca tem certeza de que seja psicologia” (p. 26).

campo validado), que Politzer endereçara à psicologia clássica.⁴ Pensar a psicose como fenômeno total, revitalizando a categoria “sujeito” sob categorias de objetividade a partir de seu meio concreto, era a única perspectiva reputada apropriada para tratar cientificamente a personalidade. Em sua tese de doutorado – *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade* –, o mecanismo que disparava a experiência paranoica era estruturado em torno de três áreas: o desenvolvimento biográfico, a concepção de si e a tensão das relações sociais (Lacan, 1932/1987, p. 46); esta última representando o ponto de convergência da causalidade e carregando ainda a função de fornecer a especificidade do meio próprio do ser humano. Trata-se de uma teoria da “gênese social da personalidade”,⁵ à qual certos dados objetivos conferem a unidade de um “desenvolvimento regular e compreensível” (Lacan, 1932/1987, p. 28). Lacan, nessa época um entusiasta leitor da *Ética* de Espinosa, vê a teoria como o resultado de um paralelismo, não entre as ideias e as coisas, mas entre o fato particular e o fato social; este, o vetor de conformação do fenômeno humano:

Oposto a todo paralelismo substancial, que se coloca problemas de conveniência ou de concordância entre séries independentes eventualmente paralelas (as ideias e os corpos), Lacan pensa a personalidade como um

4 “Objetivismo ou realismo (substancialismo, poderíamos acrescentar), tal é o pecado original da tradição da filosofia, que se desdobra nos pecados complementares da *abstração* e do *formalismo*.” (Prado Jr., 1990b, p. 22) Sobre Politzer cf. ainda Roudinesco (1986/1988, pp. 72-82). Sobre a relação entre Politzer e Lacan, cf. Macey (1988, pp. 100-101 e *passim*), Gabbi Jr. (1998, pp. XXIII-XXVIII) e Simanke (2002, pp. 163-186).

5 “Essa gênese social da personalidade explica o caráter de alta tensão que assumem, no desenvolvimento pessoal, as relações humanas e as situações vitais que fazem parte delas. Ela fornece, muito provavelmente, a chave da verdadeira natureza das *relações de compreensão*.” (Lacan, 1932/1987, p. 31)

aspecto particular (ou um atributo) de uma só e única substância que é a existência do indivíduo enquanto existência social (...). (Ogilvie, 1987/1991, pp. 66-7)

Na verdade, não se trata, para Lacan, de pensar essa existência como substância. Mas o que importa destacar agora é que tal paralelismo é o meio de viabilização de uma preocupação *ao mesmo tempo* científica (a busca do determinismo da personalidade), epistemológica (o objeto abordado é fenômeno de cognição) e ética (a valorização das implicações recíprocas entre intencionalidade [sentido] e responsabilidade). Ele é visto como algo capaz de promover a aliança entre os pré-requisitos da explicação e os da compreensão. Eis como Lacan (1932/1987) procura articular a convergência dessas duas coisas:

Uma condição nos falta ainda, sem a qual não poderíamos fundar ciência alguma de tal objeto, mas somente nos consagrarmos a uma espécie de leitura puramente simbólica desses fatos, é a condição de um determinismo que seja específico desses fenômenos.

É aqui, e aqui apenas, que fazemos uma hipótese (...). Essa hipótese é que existe um determinismo que é específico da ordem definida nos fenômenos pelas relações de compreensibilidade humana. (pp. 320-1)

A compreensão, regida pela definição da existência humana como uma existência, antes de mais nada, social, é assinalada como o fator capaz de assegurar a presença do sentido no contexto do “determinismo” almejado:

Compreender, entendemos por isso dar seu sentido humano às condutas que observamos em nossos doentes,

aos fenômenos mentais que eles nos apresentam. Certamente, eis aí um método de análise que é nele mesmo demasiado tentador para não apresentar graves perigos de ilusões. Mas, saibamos bem que, se o método se utiliza de relações significativas, utilização que funda o assentimento da comunidade humana, a aplicação delas à determinação de um fato dado pode ser regida por critérios puramente objetivos, de modo a resguardá-la de qualquer contaminação pelas ilusões, elas próprias localizadas, da projeção afetiva. (Lacan, 1932/1987, pp. 315-6)

Todavia, ao definir a patologia mental como discordância com o meio social,⁶ essa teoria seria contraditória caso não conservasse espaço para o que é considerado próprio da atividade do sujeito, pelo modo da reação atualizada na interpretação delirante. Afinal, como a loucura poderia ser uma inadequação à sociedade se é a própria sociedade que a determina? Dito de outro modo, como explicar que um determinismo *social* dê lugar a uma incompatibilidade *com o social* senão admitindo que esse descompasso se deve à especificidade da resposta subjetiva? Assim, o sujeito não é visto como um mero resultado de um arranjo de influências,⁷ mas dotado de uma “estrutura reacional”.

6 Simanke (2002) comenta esse ponto: “O que a interpretação delirante faz, afinal de contas, é construir para o psicótico um *Umwelt* que não coincide com a representação social da realidade vigente no grupo a que pertence. Esta discordância – mais o fato de que ela não é subjetivamente assimilável como tal, sendo apreendida, por exemplo, na forma persecutória – é o único critério que permite atribuir um caráter patológico a quaisquer desses fenômenos de personalidade” (pp. 125-6).

7 Lacan (1932/1987) critica as posições extremadas da psicologia científica, “(...) em que o sujeito não é mais nada a não ser o lugar de uma sucessão de sensações, de desejos e de imagens” (p. 24).

O principal instrumento para a elaboração lacaniana da dinâmica entre ambiente determinante e estrutura reacional são os trabalhos de von Uexküll, com as noções de *Umwelt* e de círculo funcional (*Funktionkreis*), ou seja, com a ideia de que o organismo vivo não se relaciona com um mundo suposto objetivo e dado de modo homogêneo a todas as espécies, mas com um mundo próprio que se constitui a partir das estruturas de relação inerentes a cada organismo. Como explica Simanke:

o meio eficaz na determinação do comportamento é visto como estruturado e organizado a partir do próprio organismo que constitui o seu centro; não é um dado bruto que possa ser invocado como instância última de uma causalidade grosseiramente material. (Simanke, 1994a, p. 154)

O que Lacan pretende fazer em sua tese é estipular como se caracteriza o *Umwelt* do ser humano, para salvaguardar tanto um tipo homogêneo de determinação do indivíduo quanto a especificidade do fato psíquico, do mesmo modo que, em sua área, von Uexküll buscava salvaguardar a especificidade do fato vital. Para isso, Lacan situa a cultura no lugar que o biólogo reservava à natureza. Dizer, então, que esse fator consiste no social como determinante significa situar o psíquico no concreto e no total. O problema é que Lacan, ao afirmar, a partir de von Uexküll, que o meio próprio do ser humano é o meio social, na mesma proporção em que toma esse social como instância de determinação do indivíduo, produz uma explicação claramente circular, que pode ser assim apresentada: o meio é *determinado* pelas características próprias do organismo; mas, ao mesmo tempo, esse meio, como ordem transcendente, *determina* o organismo.

Tal circularidade engendrou uma consequência igualmente indesejável, qual seja, o ponto específico na gênese da psicose

encontrava-se acuado justamente para a face do esquema mais em desacordo com um ideal de cientificidade: o ponto de vista do particular sob a forma do mundo psíquico do sujeito. Há, assim, uma indiferenciação de partida entre psicose e personalidade: o sistema de reação define tanto a normalidade quanto a patologia, cuja única diferença é o comportamento gerado pela afecção psicótica que se encontra desprovido do assentimento social.⁸ Diante dela, a teoria exigia que se estipulassem a presença de acontecimentos pontuais e o andamento de reações singulares, os quais, apesar de entrevistados através do crivo do conceito politzeriano de “drama” – portanto, inseridos em um referencial materialista, concreto e determinista –, acabavam por impedir que tal enquadramento chegasse a prover uma generalização do modelo e, por conseguinte, não conseguiam propor, em oposição ao que nesse ponto tendia a ser um bem-sucedido organicismo,⁹ um mecanismo específico que deflagrasse na personalidade a psicose. Por esse motivo, a despeito de exaurir os elementos envolvidos, a descrição do caso Aimée¹⁰ não providencia a forma generalizada da paranoia que explicaria o fenômeno e que seria aplicável a outros casos, de modo que o esforço de fundamentar a explicação na compreensão acaba apenas reproduzindo a oposição diltheyana entre a compreensão como método das ciências do espírito e a explicação como método das ciências da natureza. Afinal, a tese de 1932 não consegue providenciar uma saída para a tensão entre

8 “A partir daí, Lacan pode redefinir o delírio como uma forma de conhecimento válida, porém em desacordo com as necessidades do grupo social, ou seja, como uma estrutura reacional não sancionada, mas que não difere qualitativamente dos comportamentos aceitos. Em sentido inverso, Lacan aponta para o assentimento social como critério de objetividade para o conhecimento verdadeiro.” (Simanke, 1994a, p. 166)

9 Quer dizer, do ponto de vista teórico, o organicismo pensava a psicose muito precisamente como um correspondente secundário da afecção orgânica.

10 “Aimée” é o pseudônimo atribuído por Lacan à paciente cujo caso clínico é comentado de modo central em sua tese de doutorado (Lacan, 1932/1987).

fenomenologia da intencionalidade como prerrogativa do sujeito e o estabelecimento de critérios de determinação do comportamento e da psicopatologia como exigência da explicação científica – tensão na qual Lacan (1932/1987) localizara o próprio cerne de seu projeto:

Certamente, não se pode deduzir de nenhum “dado imediato” a existência objetiva do ato voluntário e do ato de liberdade moral. Além disso, desde que se trata de conhecimento científico, o determinismo é uma condição a priori e torna uma tal existência contraditória com o seu estudo. Mas fica por explicar a existência fenomenológica destas funções intencionais: a saber, por exemplo, que o sujeito diga “eu”, acredite agir, prometa e afirme. (p. 28)

De todo modo, Lacan dá prosseguimento ao programa de pesquisa aí apresentado publicando, em 1938, um verbete de enciclopédia sobre os complexos familiares, em uma continuidade direta com a tese de doutorado que se traduz em termos das respostas que o segundo trabalho procura dar às questões herdadas do primeiro. Essas questões configuram-se em torno de duas diretrizes paralelas e interdependentes: investigar o “obscuro estágio do narcisismo” e perguntar pelo processo de constituição do sujeito então já considerado como um ser essencialmente social. Isso seria, segundo Ogilvie (1987/1991), uma espécie de resto que a pesquisa de 1932 teria legado às investigações teóricas posteriores do psicanalista: “Terminada sua tese, podemos supor que Lacan empreende o cumprimento do programa que traçou para si: elucidar este obscuro narcisismo primário, precisar sua articulação com a situação social que o circunda” (p. 101). O narcisismo receberá por teorização a proposta do estádio do espelho – segundo Lacan (1966w), o “primeiro pivô” (p. 67) de sua intervenção na teoria psicanalítica –, e o processo de formação

do sujeito será pensado de acordo com uma dialética entre injunções de complexos e captações de imagos imbuídas de um caráter de efetividade sobre o psíquico – dialética que continua a supor como horizonte a existência em sociedade do ser humano. O complexo é definido por sua função de reprodução da realidade, que ocorre de duas maneiras: primeiro, a forma do complexo, em sua origem, reflete uma configuração da realidade específica de determinado momento do desenvolvimento psíquico; segundo, a realidade que foi desse modo fixada é repetida pela atividade do complexo sempre que o sujeito se depara com situações que demandem uma “objetivação superior dessa realidade”, ou seja, situações que exijam do sujeito o esforço de um trabalho psíquico.

O complexo é então constituído por três aspectos que reforçam sua determinação cultural: requer a efetivação de uma *relação de conhecimento*, pois seu conteúdo implica que objetos sejam nele representados; força uma *organização afetiva*, pois sua forma exige do sujeito um processo de objetivação da realidade que envolve emoções e sentimentos; constitui uma *prova*, pois, ao chocar-se com o real, torna explícita a situação de carência do sujeito diante de sua realidade. Esses três movimentos inerentes ao complexo definem-se por uma referência ao objeto que carrega consigo propriedades de comunicação, ou seja, propriedades culturais. Já a imago é um conceito que permite falar de uma instância propriamente subjetiva, uma vez que é o resultado da incidência do complexo objetivado como identificação, com uma posição a partir da qual o sujeito se relaciona com o mundo, constituindo-o. A relação entre o complexo e a imago estipula o advento de uma crise geradora de angústia, cuja saída é designada como a sublimação ou a superação da imago. O artigo sobre os complexos tenta investigar, por meio dessa dinâmica, a construção do psiquismo na família e a concomitante constituição dos objetos da realidade. É esse processo que o autor descreve e analisa, refletindo sobre suas possíveis consequências, especialmente no campo da psicopatologia.

Esse passo põe em jogo duas novidades: a centralização do conceito psicanalítico de identificação, a partir do qual os surgimentos do sujeito, do outro e da realidade serão pensados como processos convergentes; e o aparecimento de Alexandre Kojève como subsídio filosófico basilar que, a partir daí, desempenhará uma função cada vez mais importante no desenvolvimento do pensamento lacaniano. De início, Kojève fornece a filosofia dialética da gênese social do sujeito no encontro agressivo com o outro e com o objeto na negação da natureza, filosofia capaz de sustentar um discurso que, para ser concreto, não precisa aproximar-se de um realismo que presumisse um mundo dado independentemente da formação subjetiva.

Aqui, o problema passa a receber outra configuração. Por essa época – cujo norte se estende por toda a década subsequente – e em diálogo com a fenomenologia, o sujeito é uma categoria requerida pelo fato da intencionalidade da fala; o discurso é indissociável de um querer dizer: “Somente um sujeito pode compreender um sentido; inversamente, todo fenômeno de sentido implica um sujeito” (Lacan, 1948/1966c, p. 102). Dito de outro modo, o sujeito é deduzido do fato de toda fala possuir uma intenção direcionada à existência de um outro: “o psicanalista,” escreve Lacan (1936/1966a), “por não destacar a experiência da linguagem da situação que ela implica, a do interlocutor, toca no fato simples de que a linguagem, antes de significar alguma coisa, significa para alguém” (p. 82). O sentido mesmo do discurso é o sujeito em sua faculdade de expressão, que é essencialmente a expressão de si mesmo em direção ao seu interlocutor. Central na teoria do imaginário é o fato de que essa reflexão ocorre em paralelo a uma nova aposta depositada no conceito de imago: “A história do sujeito desenvolve-se numa série mais ou menos típica de *identificações ideais* que representam os mais puros dentre os fenômenos psíquicos no que eles revelam essencialmente a função da *imago*” (Lacan, 1946/1966b, p. 178). O motivo pelo qual tal conceito recebe essa centralidade não é outro senão sua promessa

de cientificidade mediante o fornecimento da forma objetiva da causalidade psíquica pela dialética entre a assimilação e a reprodução de padrões de ação. Lacan (1946/1966b) assenta aí todo o seu entusiasmo, como se pode constatar nas seguintes passagens bem representativas de seu desejo: “para definir a causalidade psíquica, tentarei (...) apreender o modo de forma e de ação que fixa as determinações desse drama, na medida em que ele me parece identificável cientificamente com o conceito de *imago*” (p. 177); “Cremos então poder indicar na *imago* o objeto próprio da psicologia, exatamente na mesma medida em que a noção galileana de ponto material inerte fundou a física” (p. 188).

A *imago* surge, então, como o caminho para teorizar o surgimento do indivíduo em sua relação com o outro, fazendo da operação de identificação, no seio de uma teoria estritamente psicológica, o instrumento de uma síntese conformativa do ser humano: ela “é esta forma definível no complexo espaço-temporal imaginário que tem por função realizar a identificação resolutive de uma fase psíquica, ou, dito de outro modo, uma metamorfose das relações do indivíduo com seu semelhante” (Lacan, 1946/1966b, p. 188). A ideia básica dessa teoria é a de que as imagens exercem uma função formadora sobre o sujeito, cujo primeiro efeito é o sistema do *eu*. Por meio da construção conceitual do estádio do espelho, o *eu* (ainda não diferenciado do sujeito) aparece como movimento de objetivação de uma alienação.¹¹ Como consequência de sua origem na alteridade, temos que o *eu* não poderá ser senão o lugar da alienação e da ilusão. Essencialmente paranoico, ele é o engodo sintomático a afastar o adjetivo “autêntico” de tudo o que se relacione às características da personalidade e do conhecimento humano, ao ponto de ser definido

11 Essa transição é bem representada, nos termos de Simanke (2002), como a passagem do ponto de vista da paranoia como fenômeno do conhecimento ao do conhecimento como fenômeno paranoico.

como um sintoma,¹² preservando assim certa homogeneização da estrutura da patologia com a da “normalidade”.

A cena, formatada pela teoria do imaginário em torno da noção de estádio do espelho, consiste em um ensaio de construção de uma ciência psicológica concreta que almeja dar conta da constituição positiva do sujeito e que procura fugir a qualquer tipo de perspectiva organicista ou substancialista. Nela, são frequentes os esforços para:

- De um lado, definir a família e o processo psíquico longe de qualquer biologismo – “que atrapalha demais” (Lacan, 1938b, p. 1) –, isto é, substituir os fatores constitucionais por uma espécie de hereditariedade restrita à transmissão de padrões psicológicos. Se a biologia, ainda assim, ocupa aí um espaço, ele só pode ser o da acentuação de seu papel negativo. A elaboração de Lacan passa pelo seguinte: existe um dado natural no ser humano – seu nascimento prematuro (pensado a partir dos trabalhos do embriologista Louis Bolk), que o torna totalmente dependente dos cuidados de outrem e incapaz de sobreviver se abandonado à própria sorte – que constitui a origem mesma de sua ultrapassagem da natureza; essa carência biológica natural, acompanhada do extraordinário desenvolvimento das faculdades comunicativas, faz com que a cultura, ao invés da natureza, seja o fator de especificação da humanidade, conduzindo a ineficiência dos instintos a sofrer a imposição psíquica dos complexos. Enquanto nos animais as relações biológicas estão ligadas a comportamentos instintivos, no ser humano, em função de sua “natureza” cultural, ocorre uma subversão da dimensão da realidade, que implica uma determinação diferente de

12 Isso aparece um pouco mais tarde, em 1954 (no Seminário 1, sessão de 13/01/54), já como uma fase de diálogo intenso com o estruturalismo, mas na qual essa reflexão sobre o *eu* permanece.

qualquer fenômeno. Lacan já ressalta, dessa forma, a importância do desenvolvimento da capacidade comunicativa para a diferenciação da humanidade em oposição ao que ele chama de “economia paradoxal dos instintos”.

- Do outro lado, temos o esforço para criticar, em função de seu abstracionismo, as teorias psicológicas vinculadas à subscrição de um substancialismo. Em 1936, por exemplo, Lacan discorria sobre a convergência da psicologia clássica em torno das ideias de engrama e de ligação associativa – ideias de cunho abstrato e atomista, distantes da experiência subjetiva, e que assinavam uma suposição filosófica do psiquismo como substância. Visando, pela intenção declarada na superfície do discurso, ao empírico, terminavam, de acordo com Lacan, destruindo a si mesmas por uma elevação da suposta sensação pura a premissas idealistas.

Assim, se essa “nova ciência psicológica” (Lacan, 1936/1966a, p. 92) se quer concreta,¹³ só pode abordar a perspectiva do indivíduo em segundo plano, pois, sendo o fato concreto o fato total,¹⁴ seus olhos estarão voltados, em primeira linha, para aquilo que, *de fora*, o determina. Ou seja, a despeito da imago ser um conceito mais

13 “Pois não percamos de vista, ao exigirmos, de acordo com ele [Politzer], que uma psicologia concreta se constitua como ciência, que, quanto a isso, ainda estamos apenas nas postulações formais. Quero dizer que ainda não pudemos estabelecer a mínima lei em que se pautasse nossa eficiência.” (Lacan, 1946/1966b, p. 161)

14 A expressão “fato total” remete a M. Mauss. Para a relação que ele estabelece entre o concreto e o completo, ver Lévi-Strauss (1950, p. 163), onde lemos, por exemplo: “O fato social total apresenta-se (...) com um caráter tridimensional. Ele deve fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica com os seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica ou diacrônica; e, enfim, a dimensão fisiopsicológica. Mas é apenas *nos indivíduos* que essa tripla aproximação se pode efetuar. Se nos votarmos a esse ‘estudo do concreto que é o completo’, devemos necessariamente apercebermo-nos de que ‘o que é verdadeiro não é a prece ou o direito, mas o Melanésio de tal ou tal ilha, Roma, Atenas’” (grifo meu).

próximo do indivíduo, configurando o projeto de uma psicologia, o fundo geral desse projeto já se constitui como uma abertura para a radicalização de um ponto de vista externalista:¹⁵ aquele que será posteriormente fornecido pelo estruturalismo. Lacan não quer, justamente, fazer uma sociologia – seu propósito continua a ser, como sempre, construir uma ciência do sujeito –, e a questão passa a ser a seguinte: como dar conta do processo constitutivo do indivíduo, e não do grupo, sem apelar para o que nele é interno e, portanto, abstrato?

Vê-se, com isso, que os princípios em jogo na primeira teoria do imaginário são os mesmos que guiaram a tese de doutorado de Lacan. Vê-se ainda em que pontos ela não fornece uma resposta satisfatória. Ora, a imago, apesar de ter origem nas relações com os semelhantes (a mãe, o irmão e o pai, paradigmaticamente), para determinar o comportamento do indivíduo, precisa tornar-se efetiva desde o campo de seu psiquismo, implicando, desse modo, um encontro com aquele mesmo abstracionismo que Lacan criticava no artigo *Para além do “princípio de realidade”*.

Pensar a formação do *eu* como processo de transformação intrassubjetiva diante da aquisição de imagens não permitia levar às últimas consequências um dos principais preceitos do projeto lacaniano desde sua origem. A princípio, a imago seria um conceito que, reduzido à forma e à função de organizar a informação, a sensação e o comportamento, permitiria furta-se ao substancialismo e que, por se referir necessariamente à dimensão histórica do sujeito (as imagos se formariam durante o percurso de vida concreto do indivíduo), permitiria fugir à também indesejável implicação de abstracionismo.

15 É necessário incluir uma ressalva a essa denominação. Ela se sustenta por oposição às posições que remetem a um suposto interior do corpo ou do psiquismo, mas não vai além disso porque, para Lacan, tratar-se-á, antes, de não utilizar a dicotomia dentro/fora (denunciada por Politzer) em privilégio da ubiquidade do domínio simbólico. Ver, por exemplo, Lacan (1960/1966u, p. 849). Para uma caracterização do lacanismo como “externalismo indireto”, ver Almeida (2004).

Gabbi Jr. (1998) esclarece que, para Lacan, a imagem “não deve mais ser entendida como sensação elementar, enfraquecida, como se fosse um estranho habitante da mente. A noção é usada para designar um tipo de organização” (p. XXV). Dessa forma, ela era entendida como o alicerce de uma ciência psicológica que autorizaria considerar de maneira central a principal característica da personalidade – isto é, a sua capacidade de construção de sentido, atrelada às implicações de responsabilidade moral –, traço que a psicologia clássica, a seu ver, só podia falhar em apreender. Conceito forjado em fidelidade à abordagem do drama concreto, não seria demasiado afirmar que uma de suas principais motivações teóricas de base foi trabalhar determinados aspectos da psicanálise, de modo a evitar a passagem – como se ela fosse prescindível – pela noção de *inconsciente*.¹⁶ No entanto, é justamente por essa via que a imago exhibe sua ineficácia. A investida teórica começa a malograr em seus propósitos exatamente quando a consideração das imagos conduz diretamente à impossibilidade de eliminar a suposição do inconsciente. A despeito de poder possuir uma dimensão consciente, Lacan reconhece explicitamente que o complexo não pode deixar de envolver a noção de representação inconsciente, pois põe em causa efeitos psíquicos como sonhos, sintomas e atos falhos, fenômenos que, por si mesmos, exigem a recorrência à dimensão inconsciente do funcionamento psíquico: “Esses efeitos possuem características tão distintas e contingentes que forçam a admitir como elemento fundamental do complexo esta entidade paradoxal: uma representação inconsciente, designada sob o nome de imago” (Lacan, 1938a, pp. 8’40-5).

Além disso, e mais fundamentalmente, o próprio modo de funcionamento das imagos trai insistentemente a incidência de um fator heterônomo sobre a ação:

¹⁶ Lacan (1946/1966b) afirma que a doutrina psicanalítica atribui a repetição a um efeito do complexo, ainda que “o exprima na noção inerte e impensável de inconsciente” (p. 182).

essa imagem mesma que o sujeito torna presente por sua conduta e na qual se reproduz sem cessar; ele a ignora, nos dois sentidos da palavra, a saber: que aquilo que ele repete, quer o tome ou não por seu, em sua conduta, ele não sabe que essa imagem o explica; e que desconhece essa importância da imagem quando evoca a lembrança que ela representa. (Lacan, 1936/1966a, pp. 84-5)

A imagem opera no comportamento e nos sentimentos esquivando-se do olhar do sujeito, agindo, por assim dizer, às suas costas, revelando a existência de vetores que guiam sua conduta de modo automático, independentemente de sua intenção declarada, e constringendo à consideração de um inconsciente imbuído de efetividade. Há, assim, um caminho que conduz da perspectiva da determinação à abordagem da heteronomia e, desta, inevitavelmente, à noção de inconsciente. Explica Bairrão (2000):

Lacan se encontra num impasse quando, depois de haver constatado a onipresença da imagem e suas múltiplas funções – abrangendo e permitindo explicações no nível da descrição do que concretamente é acessível na experiência dos fenômenos psíquicos –, percebe a necessidade de supor a algumas delas a (...) qualidade da inconsciência. (p. 34)

Ora, de uma parte, Lacan considerava a noção de “representação inconsciente” como absolutamente descabida e paradoxal, não havendo, de seu ponto de vista, separação possível entre representação e consciência; em outras palavras, considerava que essa expressão designaria a possibilidade de algo ser representado e, ao mesmo tempo, não ser representado. Por outro lado, pensar a representação

inconsciente corresponderia a trair as diretrizes da teoria, porque significaria voltar a uma abstração tão completa e tão distante das possibilidades de consideração da experiência concreta do sujeito quanto o criticado conceito de engrama. Era mesmo essa a noção psicanalítica mais repudiada por Politzer (1928/1998), conforme exprimem suas palavras:

Tratava-se de mostrar dois pontos, a saber, que o inconsciente é inseparável dos procedimentos fundamentais da psicologia abstrata e que, longe de constituir, na psicanálise, um progresso, indica precisamente uma regressão: o abandono da inspiração concreta e a volta aos procedimentos clássicos. (p. 153)

Para Politzer, “inconsciente” é sinônimo de “inconsistente”, pois o que a noção refere desprezaria a cena do relato imediato e, conseqüentemente, não ofereceria o aporte do que seria o único correspondente concreto possível:

A falsidade do inconsciente é posta em evidência precisamente pelo fato de que os fenômenos pretensamente inconscientes são inteiramente aéreos, inconsistentes. Pois, se é certo que não existe dado psicológico verdadeiro além do relato efetivo, o inconsciente que resulta da realização de relatos que não aconteceram não pode corresponder a realidade alguma; aí está para a hipótese do inconsciente um impasse sem saída. (1928/1998, p. 157)

Assim, tal hipótese ficaria relegada à construção de especulações sempre devedoras de implicações metafísicas. Então, por fidelidade ao ponto de vista politzeriano, Lacan não a aceitava na medida em

que, entendida sob o ponto de vista do realismo do inconsciente, implicava o substancialismo inerente ao mito da vida interior.¹⁷ Frente a isso, como admitir o que se apresenta na experiência psicanalítica como a existência de uma forma de ingerência sobre a ação do sujeito que, dele mesmo, é desconhecida?

Por essa via, portanto, a imago não consegue deixar de recair nesse substancialismo, pois como poderia guiar e formatar a ação subjetiva – sendo, portanto, algo que se antecede à ação – sem implicar a estipulação de alguma espécie de “lugar” em que ela mesma pudesse existir? “Afinal, entre outras funções, a imago é investida do papel de antecipar um desenvolvimento futuro. (...) E se antecipa um desenvolvimento futuro, fica difícil ignorar a sua incidência de princípio na ação (...)” (Bairrão, 2000, p. 37) Volta-se assim à inevitável ligação entre a *teoria* e a *interioridade* psicológicas e, portanto, ao individualismo e a todos os outros “ismos” alvejados. A psicologia concreta então avançada por Lacan dissolve-se em seu último esforço, descerrando sua verdade abstrata e conduzindo à exigência de se pensar, para o sujeito, um funcionamento para além da consciência:

Se o conceito de inconsciente, exigido pela experiência e não redefinível redutivamente – quer como abreviatura de processos psico-energéticos objetiváveis psicologicamente, quer inutilmente desobjetivado, generalizado, como negativo da consciência –, ainda assim tem de ser pensado, será necessário ou abdicar das exigências

17 Para Politzer (1928/1998), a psicanálise tinha a inspiração correta (divisava o sentido e o contexto como os verdadeiros fatos psicológicos), mas instrumentos inadequados (a metapsicologia). A tarefa da psicologia concreta consiste em seguir as boas e verdadeiras pistas da obra freudiana, porque assim “a psicanálise orienta-nos (...) em direção a uma psicologia sem vida interior” (p. 101).

intrínsecas à cientificidade tal como a concebe em psicologia, ou preservá-las forçando-se a pensar o conceito noutra âmbito. (Bairrão, 2000, p. 38)

Para Bairrão (2003), esse “outro âmbito” significa: fora dos limites da ciência. A meu ver, é preciso, no entanto, considerar um movimento mais lento, pois Lacan não abre mão imediatamente da cientificidade e passa a assimilar o conceito de inconsciente – ao qual ainda resiste nesse momento –, de uma forma tal que vai forçar a teoria do sujeito a abdicar do campo da psicologia. Isso ocorre na década seguinte, em função da coincidência histórica entre o impasse interno a seu pensamento e o desenvolvimento, na França, das ideias às quais se convencionou chamar retrospectivamente de estruturalismo. O fracasso da imago em preencher os critérios metodológicos que Lacan prescrevera traz, assim, à superfície a incontornabilidade da noção de inconsciente. E se ela é incontornável, como seria possível pensá-la tendo em vista a manutenção desses critérios?

Com relação à questão da psicose, assistimos, igualmente, à reiteração do mesmo paradoxo. Na abertura da segunda parte do verbete de 1938, vemos que aquilo que Lacan (1938a) considera importante advertir no tratamento da questão da patologia, aquilo que ele acha necessário ressaltar logo de saída, é que, enquanto na produção da neurose, os complexos desempenham uma função causal, na psicose sua função é apenas formal:

Os complexos familiares desempenham, nas psicoses, uma função formal: temas familiares que prevalecem nos delírios em virtude de sua conformidade com a estagnação que as psicoses produzem no eu e na realidade; nas neuroses, os complexos preenchem uma função causal: incidências e constelações familiares que determinam

os sintomas e as estruturas de acordo com os quais as neuroses dividem, introvertem ou invertem a personalidade. (pp. 8'42-1.)

O motivo dessa disparidade está na permanência do ponto de vista central da tese de 1932, ou seja, a causalidade específica da psicose é, tal como antes, vista como aquela relação de determinação a partir da discordância com a dimensão social e não pode, portanto, ser reduzida à influência dos complexos. Como anota Simanke (2002):

se, nas psicoses, eles [os complexos] fornecem apenas a forma, é porque a determinação efetiva tem que ser recuada a uma configuração social que é transpsicológica e que pode constituir um sujeito cujo caráter normal ou psicótico está na dependência daqueles critérios de assentimento e concordância do grupo social, no sentido em que isto foi estabelecido na Tese [de doutorado]. (p. 215)

Ainda aí, essa ordem externa (porém não heterogênea e, portanto, não reducionista) de determinação precisa ser subjetivada pelo indivíduo, seja ele neurótico, seja ele psicótico; isto é, o indivíduo a decanta, através das imagos, em representações do *eu*, do outro e do mundo. Trata-se do modo de passagem do determinismo social a um determinismo propriamente psíquico. Caso contrário, teríamos apenas, mais uma vez, uma sociologia que passaria ao largo da singularidade. Ao contrário das prescrições comteanas – as quais Lacan segue no momento de considerar a família como célula constituinte da sociedade –, seu objetivo é abordar, pela teoria, o indivíduo, desenvolvendo assim um espírito mais durkheimiano.¹⁸ De todo

18 Para uma defesa da influência de Durkheim sobre esse primeiro momento da obra de Lacan, ver Zafiroopoulos (2003).

modo, estando o olhar voltado para uma localização sociológica da constituição, o ponto decisivo da explicação resvala mais uma vez para o lado do caráter vago de uma reação subjetiva – aqui vista como a consequência da dinâmica das identificações às imagens, centralizada no estágio do narcisismo. Como essa dinâmica é ainda impossível de ser descrita a partir de determinantes precisos, a explicação do processo que produz o indivíduo não se distingue, em sua forma geral, daquele que resulta em uma psicose, e a doença é justificada a partir de uma questão não de natureza, mas do grau elevado de rigidez nas fixações, bem como com o período da história do sujeito em que elas foram produzidas:

A diferença entre o normal e o patológico reside, portanto, apenas na maior ou menor flexibilidade destas “representações em que o eu se estabiliza”, decorrentes de um ponto de fixação mais ou menos regressivo e da consequente atualização de um estágio mais ou menos arcaico do eu na sintomatologia da psicose. (Simanke, 2002, p. 218)

Em meio a todos esses problemas, o que mais interessa destacar entre estes pontos é aquele relacionado à questão com que abri o percurso aqui proposto, a saber, o conflito entre determinação e subjetividade. Esse conflito não se altera e, aqui, o impasse permanece o mesmo. Se o que interessa é colocar em jogo o sujeito de modo a impossibilitar sua objetivação, o *eu* é incapaz de suprir essa demanda, pois, no espelho, reconhece-se apenas a própria imagem como um objeto. Como o próprio Lacan (1975) dirá um pouco depois: “Se o ego é uma função imaginária, não se confunde com o sujeito. O que é que chamamos de um sujeito? Muito precisamente, aquilo que, no desenvolvimento da objetivação, está fora do objeto” (p. 218). Com o desenvolvimento da teoria do estágio do espelho, a imagem

recebe deveras uma valorização a partir de seus poderes formativos e se desvencilha um pouco mais da perspectiva da interioridade. Nela, em função do tratamento kojéviano da dialética do senhor e do escravo que trabalha a formação do desejo do sujeito desde a sua relação com a alteridade, a estrutura reacional não se distingue do próprio processo de constituição subjetiva, não havendo separação, nem no curso da vida do sujeito, nem teoricamente, entre uma coisa e outra; o sujeito não é algo que anteceda a sua captura pela imagem; nasce dessa captura, ele é o outro que se apresenta como parceiro na relação imaginária de encantamento e fascinação:

é Kojève e sua leitura de Hegel quem dá aqui a Lacan o meio para formular a ideia de que a estrutura reacional do sujeito não está ligada à situação que a permitiu de maneira ocasional, mas de maneira essencial, na medida em que ela já a contém em si mesma. O sujeito não é anterior a este mundo de formas que o fascinam: ele se constitui em primeiro lugar por elas e nelas. O exterior não está lá fora, mas no interior do sujeito, o outro está nele (...). (Ogilvie, 1987/1991, pp. 110-1)

Todavia, isso acontece ao preço da qualificação do registro imaginário como lugar da produção de um engano que, embora efetivo na constituição do mundo e da realidade, nega ao *eu*, como seu produto, qualquer perspectiva de autenticidade. A imagem possui o valor positivo da constituição do *eu*, mas também o valor negativo de fomentar a alienação. Segundo a teoria do estádio do espelho, se a origem da capacidade de dizer “eu” reside no momento em que a criança é capturada por uma imagem essencialmente alheia, sua identidade própria nunca poderá deixar de ser algo que lhe vem de fora, do horizonte da alteridade. Dessa forma, o *eu* encontra sua constituição na mesma operação que lhe condena a uma condição

de alienação; ele é formado na experiência especular pela identificação com a *Gestalt* de uma imagem exterior e discordante. Nas palavras de Lacan (1946/1966b): “o primeiro efeito da imago que se apresenta no ser humano é um efeito de alienação do sujeito. É no outro que o sujeito se identifica e até mesmo se experimenta de início” (p. 181); “essa relação erótica em que o indivíduo humano se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo, eis aí a energia e eis aí a forma nas quais tem origem esta organização passional que ele chamará de seu *eu*” (p. 113). Com efeito, o reconhecimento da necessidade de reformular, nesse ponto, a teoria do imaginário, toma lugar nas páginas iniciais do *Discurso de Roma*, que falam da inaptidão da imagem para retirar o sujeito de seu alheamento, visto que o retorno da imagem especular só restaura sua condição na medida em que o captura em uma objetivação que o conduz a um “estatuto renovado de sua alienação” (Lacan, 1953/1966f, p. 251). A analista deve, então, levar o sujeito à destruição de todas as miragens nas quais ele não pode apreender sua verdade: o sujeito “reconhece aí seu eu (isto é, um objeto), mas não seu desejo (isto é, ele mesmo), enquanto não é nenhum objeto” (Borch-Jacobsen, 1991b, p. 305).

Por extensão, na perspectiva da clínica, figurada paradigmaticamente no texto *Intervenção sobre a transferência* (Lacan, 1951/1966e), não há outra saída para o encaminhamento dialético do tratamento senão o vislumbre dessa imagem refletida na superfície do espelho. O que cabe a Dora¹⁹ é reconhecer a si mesma na cena que produz,

19 Dora é um dos cinco grandes casos clínicos publicados por Freud (1905/1989c) e foco do comentário lacaniano no texto mencionado. Trata-se de um caso de histeria, cujo valor para a teoria psicanalítica deve-se sobretudo ao lugar que ocupa no desenvolvimento do conceito de transferência – isso em função precisamente do fato de esta não ter sido bem conduzida por Freud. Gay (1988/1989) comenta a esse respeito: “O malogro, evidentemente, admitido ou não, constitui a marca distintiva desse caso, mas – paradoxalmente – é exatamente esse malogro que constitui sua importância decisiva para a história psicanalítica” (p. 238). Além disso, ele introduz a ideia de que a neurose é o negativo da perversão, contém

como se fosse necessário tomar posse de sua própria identificação. No entanto, a aquisição do conhecimento sobre a própria implicação na cena imaginária não chega a indicar uma saída da captura pela imagem, restando evidente uma tensão entre a revelação de uma verdade e a reedição da alienação que se reproduz a cada novo nível da análise. O atravessamento da espessura da imagem é sempre realizado *a partir* da própria imagem.

Em *Para além do “princípio de realidade”*, há uma breve abordagem do processo do tratamento nas páginas intituladas “Descrição fenomenológica da experiência psicanalítica” (Lacan, 1936/1966a, pp. 82-5). Aí, Lacan aponta a reconstituição da “unidade da imagem” como objetivo da técnica: “o analista age de modo que o sujeito tome consciência da unidade da imagem que nele se refrata em efeitos díspares, conforme ele a encene, a encarne ou a conheça” (p. 85). A analista, sendo o espelho mais vazio possível da fala da paciente, deve retornar sua interpretação com o delineamento da imagem que o sujeito age e repete sem o saber. Trata-se de fazer aparecerem as identificações que se estabeleceram ao longo da vida do indivíduo induzindo uma “*paranoia dirigida*” (Lacan, 1948/1966c, p. 109) na presença do psicanalista, lugar no qual o outro constituinte pode aparecer como imagem reconhecida e localizada historicamente:

Assim, ligada ao real por sua projeção na imagem do dito psicanalista, a imagem é adequadamente desassimilada do real pela nomeação que lhe devolve seu estatuto próprio de imagem. Por isso, de “difusa e partida” que era, ela se eleva no sujeito à consciência de sua unidade, ou seja, ao sucesso do espelho: o sujeito finalmente se reconhece nele. (Julien, 1990/1993, p. 24)

uma apresentação renovada da histeria e desdobra longos comentários sobre o uso de sonhos no processo de análise.

O sujeito se reconhece em uma unidade mediante uma espécie de identificação resolutiva sob a imago vislumbrada como causa psíquica. Assim como no exemplo de Dora, tal como comentado por Lacan, ele deve chegar a perceber que, ali onde vê o outro, deveria enxergar a si mesmo, implicando-se nas situações que denuncia. Mas, se até mesmo esse vetor de responsabilização se circunscreve dentro dos limites do espelho, o que pode significar tal reconhecimento senão a exacerbação da objetivação resultante? Como estipular os objetivos da prática psicanalítica se o que se presume é um aprisionamento totalizante, porque constitutivo, do *eu* por sua imagem? Se, afinal, a apreensão consciente dessa unidade do *eu* encontra-se, ela mesma, regrada pelo princípio narcísico? O que poderia a analista fazer diante disso, senão devolver essa imagem ao sujeito – mesmo que em níveis cada vez mais elaborados – e, dessa forma, perpetuar sua objetivação e sua alienação? Eis o lugar em que o impasse se exhibe do modo o mais acirrado. A forma de resolução do conflito que se apresentava à psicanalista conduzia à inevitável reinstauração da identificação imaginária, sendo ela, por princípio, ineliminável, uma vez que era precisamente o espelho o próprio fator de definição da subjetividade. Pensar a análise como desenvolvimento dialético das imagens do sujeito refletidas na analista como espelho puro só conduz, enfim, à sua crescente objetivação sob a forma do *eu*. Nesse sentido, escreve Borch-Jacobsen (1991a):

Na realidade, não há como separar-se do círculo encantado do espelho, visto que ele é o próprio círculo do sujeito em geral, tal como Lacan o entende durante esse período. O “ego” é certamente uma alienação do “sujeito”, mas este “sujeito” recebe de volta apenas uma definição especular; na verdade, ele é o “ego” em seu caráter de ser incapaz de conhecer a si mesmo (desalienar-se) exceto sob o modo da visão de si mesmo [self-vision] (que é

o modo da alienação, do ser-fora-de-si [being-out-of-oneself]). (p. 82)

A clínica do imaginário permite operar uma inversão na posição subjetiva diante do saber, mas encontra-se presa aos limites de uma identificação positivada no espelho: as tentativas de fugir à alienação não fazem mais do que agravá-la. Esse conflito, é o próprio Lacan (1975) quem o reconhece e o menciona no *Seminário 1*, valendo-se, para isso, da figura de outro psicanalista que, então, aparece como representante dos conflitos presentes em sua interpretação anterior do fenômeno psicanalítico e que agora já está ultrapassada.²⁰ Seu alvo pode ser indicado como a denúncia, mediante crítica da obra de Michaël Balint, das petrificações em que incorre a relação dual. No entanto, por trás de Balint, o que se adivinha é que Lacan procede a uma revisão das suas próprias posições anteriores, centradas na viabilização consciente da imagem especular. Julien (1990/1993) sustenta essa interpretação ao considerar que a presença de Balint nesse seminário deve ser vista como algo que cumpre a função de “alter ego” para o desenvolvimento de uma autocontestação, de uma “retificação que incide sobre dois pontos essenciais: a análise é um processo que ‘reconstitui’ e ‘restaura’ a imago narcísica, e este sucesso da imago se realiza graças a uma transferência do tipo ‘imaginária’ sobre a pessoa do analista” (p. 34). A relação dialética, mormente restrita à dialética do senhor e do escravo, valorizada a propósito de Dora, é aqui denunciada justamente no que conduz a um impasse comparável ao que se cristaliza na relação imaginária.²¹ Na sessão

20 Entenda-se “ultrapassada” como ir além dos limites de determinado contexto sem, no entanto, deixá-lo totalmente de lado; submeter certo nível de raciocínio a outro que lhe seja anterior do ponto de vista explicativo, preservando-o em segundo plano. Não implica, portanto, a aceção do verbo “abandonar”. Será, aliás, sempre nesse sentido que farei uso desse termo.

21 Para Julien, a função desempenhada por Balint seria igualmente a de Daniel Lagache no comentário que Lacan a ele dedica em 1958. Borch-Jacobsen tam-

18, a correlação é estabelecida. Do ponto de vista do senhor, o fato de ele ser reconhecido pelo escravo é desprovido de valor, pois este, por sua vez, é alguém que o próprio senhor não reconhece como ser humano. “A estrutura de partida dessa dialética hegeliana aparece, pois, sem saída. Vocês veem por aí que ela não deixa de ter afinidade com o impasse da situação imaginária.” (Lacan, 1975, p. 248) Na verdade, trata-se aí da condução às últimas consequências – e agora com a garantia de que a teoria não se desvanecerá juntamente com a colocação do impasse, uma vez que a consideração do simbólico já está estabelecida – do tema do estádio do espelho, cujas considerações já apontavam, bem ao lado da captura afetiva, a destruição do outro como sua única saída, o que, de certa forma, pode ser entendido exatamente como a inexistência de uma saída.

O postulado de uma relação intrínseca entre agressividade e identificação narcísica compõe a tese IV do artigo *A agressividade em psicanálise* cuja enunciação reproduzo aqui: “A agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação que chamamos narcísico e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico de seu mundo” (Lacan, 1948/1966c, p. 110). A síntese representada na imagem especular contrasta com as sensações corporais experimentadas pela criança, sensações que lhe anunciam uma fragmentação. Assim, essa discrepância é vivida primeiramente como rivalidade porque a

bém vislumbra o mesmo processo de autocritica no *Seminário 1*. Todavia, não é possível concordar quando este autor defende que a denúncia do impasse é destinada à dialética como um todo e não apenas à dialética do senhor e do escravo, no que ela representa a posição imaginária. Ele afirma: “[a] dialética como um todo (ainda identificada, como Kojève sustentaria, unicamente com a dialética do senhor e do escravo) era agora caracterizada como ‘impasse’ imaginário” (Borch-Jacobsen, 1991a, p. 89). É, ao contrário, bastante explícita e frequente a menção a uma dialética simbólica, cujos termos são, aliás, definidores da própria essência do projeto lacaniano da década de 1950 e cujo próprio centro é sua diferenciação com a relação dual.

unidade do reflexo (ou da imagem alheia) sublinha a falta de uma unidade real desejada. A identificação primária – a que se processa no estádio do espelho – “estrutura o sujeito como rival de si mesmo” (p. 117) porque sua forma é a da alienação de si na imagem totalizada do corpo como imagem exterior e contraposta à sensação de desorganização e desmembramento. Como explica Evans (1996):

no estádio do espelho, a criança vê seu reflexo no espelho como uma totalidade, em contraste com a descoordenação no corpo real: esse contraste é experimentado como uma tensão agressiva entre a imagem especular e o corpo real, uma vez que a totalidade da imagem parece ameaçar o corpo de desintegração e fragmentação. (p. 6)

Além disso, existem dois outros pontos que determinam a agressividade como algo que decorre necessariamente da identificação:

1. Identificar-se com o outro significa querer tomar seu lugar, adquirir para si as qualidades que o descrevem, o que, levado às últimas consequências, significa suprimir sua existência (Evans, 1996, p. 6);
2. A dialética da identificação com o outro implica uma competição entre os sujeitos pelo mesmo objeto, porque o desejo humano é sempre um desejo alheio, ou seja, um objeto só emerge como alvo para o desejo do sujeito se já for almejado por outro: a forma do estádio do espelho, diz Lacan (1948/1966b), “se cristalizará, com efeito, na tensão conflituosa interna ao sujeito, que determina o despertar de seu desejo pelo objeto do desejo do outro: aqui, o concurso primordial se precipita em concorrência agressiva, e é dela que nasce a tríade do outro, do eu e do objeto” (p. 113).

Assim, a constituição do *eu*, mimetizando a imagem de outro *eu* ao ponto em que ela seja desconstruída, não pode deixar de mimetizar também sua própria destruição. A negação do outro termina por se transmutar em negação de si mesmo. Julien (1990/1993) comenta esse ponto do seguinte modo:

Cada vez o outro é mesmo minha própria imagem no espelho, mas eu não me reconheço nela. (...) a tensão erótico-agressiva do espelho (...), com sua incessante oscilação (ou o excludo ou ele me exclui), encontra finalmente sua resolução através do golpe imobilizador do: excluindo-o, eu me excludo. (p. 24)

Toda essa reflexão é, então, reiterada no seminário mencionado, em que a teoria do simbólico funciona como uma espécie de lastro para o reconhecimento das contradições em que incorre a aplicação pura (na ausência de um plano explicativo diferenciado e sobreposto) do esquema imaginário à clínica. Não apenas no nível da teoria, mas também no do desenvolvimento subjetivo, a interferência do simbólico é o fator capaz de oferecer uma solução: “Na origem, antes da linguagem, o desejo só existe no único plano da relação imaginária do estado especular: projetado, alienado no outro. A tensão que ele provoca é então desprovida de saída. Isto é, ela não tem outra saída – Hegel nos ensina isso – a não ser a destruição do outro” (Lacan, 1975, p. 193). Lacan desenvolve, então, os impasses da *Verliebtheit* como os impasses da restrição da relação intersubjetiva ao binômio. A ambivalência do *enamoramento narcísico* se perde em uma infinita oscilação entre os polos opostos do outro exageradamente querido ao ponto da fantasia que põe em cena sua ingestão e do outro exageradamente odiado ao ponto de ofuscar, para o sujeito, a possibilidade de sua própria existência. Para Julien (1990/1993):

Este é o narcisismo da Verliebtheit: nestas circunstâncias, somente uma relação dual pode se estabelecer, onde o pulsional se organiza segundo a alternativa: comer – ser comido; expulsar – ser expulso; ver – ser visto. Não há lugar para “um novo sujeito” (Ein neues Subjekt, diz Freud) com o terceiro momento pulsional do ativo refletido, que é o fazer-se... (p. 34)

Lacan, ao criticar a relação de objeto como paradigma da relação dual, diz bem categoricamente, no *Seminário 3*, que insistir nesse ponto como técnica – ou seja, subscrever, na interpretação, os elementos imaginários – corresponde a transformar a transferência em um passo na direção do enlouquecimento:

O manejo atual da relação de objeto, no quadro de uma relação analítica concebida como dual, funda-se no desconhecimento da autonomia da ordem simbólica (...). (...) resulta desse desconhecimento que aquilo que, no sujeito, demanda fazer-se reconhecer no próprio plano da troca simbólica autêntica (...) é substituído por um reconhecimento do imaginário, da fantasia. Autenticar assim tudo o que no sujeito é da ordem do imaginário é, propriamente falando, fazer da análise a antecâmara da loucura, e nós só temos é que admirar que isso não conduza a uma alienação mais profunda (...). (1981, p. 23)

Nesse sentido, é a própria condução ao extremo da análise das consequências possíveis das diretrizes do imaginário que acaba por tornar perceptível a necessidade de trabalhar a incidência de outro registro de funcionamento: o *pathos* então revelado, explica Julien (1990/1993, pp. 34-5), indica a sobreposição de uma outra dimensão

que responde pela regulação da primeira, abrindo um terreno de primazia da palavra sobre o espelho. Assim é que à pergunta “será que o objetivo da análise é atingir a completude do imaginário pelo estabelecimento do ideal do eu?”, Lacan, “a partir de 1953, corrigindo suas primeiras posições, toma o partido de responder: não. (...) O valor está alhures: não na completude da imagem narcísica, mas no reconhecimento do desejo pela nomeação, enquanto o desejo do sujeito é o desejo do Outro” (Julien, 1990/1993, pp. 37-8). Percebe-se, dessa forma, o saldo de desacerto quando se toma o semelhante como a instância fenomenologicamente destinatária do discurso do sujeito, a saber, o desprezo de duas coisas fundamentais: a função transcendental da alteridade inerente ao funcionamento da linguagem e o caráter sumamente mais escorregadio do que estabilizado da subjetividade. Julien (1990/1993) escreve, então:

Assim, Lacan responde a si mesmo. Ele se retifica, respondendo nessa época então a seu “amigo” Balint e a seu “colega” Lagache:

- 1. Longe de constituir ou de restituir a imagem, a análise produz uma “despersonalização”, sinal de uma barreira contra um limite a alimentar, mas de passagem deste (...).*
- 2. Longe de ser apenas imaginária, projeção sobre este espelho vazio que é o analista em seu eu, a transferência é simbólica, enquanto inscrição em outro lugar, lugar este que é da palavra: desde que um sujeito fale a outro, faz existir o Outro (...). (p. 38)*

Desse modo, a negatividade do imaginário é, sobretudo, a da agressividade, do “ou” exclusivo, e não daquela que mais tarde vai fazer referência à instabilidade da posição sujeito.²² Mesmo assim, é

22 Como veremos no terceiro capítulo.

possível pensar que haja entre ambas uma espécie de vínculo genealógico. Esta segunda presença, mais essencial, do negativo na teoria do sujeito é como que secretada pela negação imaginária, ainda que não seja operacionalizada nesse nível. Tudo se passa como se, do (não) reconhecimento de si na imagem devolvida pela analista, se desprendesse o contato com a impossibilidade do reconhecimento, como se o próprio sentido da captura especular secretasse o ponto cego do desejo como lugar da verdade em oposição às fixações do *eu* como lugar da alienação. A lógica do progresso das miragens acaba por trazer em si a ideia de que identificar-se com uma imago alienante corresponde à constatação do fracasso do reconhecimento de si e da opacidade do desejo quando, sob a condição da consideração de um segundo nível – simbólico –, torna-se possível *reconhecer uma imagem como alienante* conferindo-lhe um lugar estrutural. Também ao próprio sujeito é conferido um lugar estrutural, pois sua presença tem agora suas condições de possibilidade deslocadas *da positivação de uma identificação positivada para a positivação (da posição face ao Outro) de uma identificação impossibilitada*. É nesse sentido que a crítica da restrição ao nível imaginário permite agora uma reavaliação do que se passa no caso Dora:

Vou tomar agora um exemplo que já lhes é familiar, já que voltei vinte vezes a ele – o caso de Dora.

O que se negligencia na análise é evidentemente a fala como função de reconhecimento. A fala é essa dimensão pela qual o desejo do sujeito é integrado de modo autêntico no plano simbólico. É somente quando formulado, quando nomeado diante do outro, que o desejo, seja ele qual for, é reconhecido no sentido pleno do termo. Não se trata da satisfação do desejo, nem de não sei qual primary love, mas, exatamente, do reconhecimento do desejo. (Lacan, 1975, p. 207)

A bem da verdade, é preciso observar que os elementos disponibilizados pelo texto *Intervenção sobre a transferência* não permitem sua total identificação com a teoria do imaginário, sendo possível nele enxergar uma posição de transição, desde que adequadamente salientado que isso se afirma em incisos e contextos, e não propriamente nos termos que regulam o cerne da teoria da constituição do sujeito e da prática clínica. De fato, ater-se aos primeiros conduz – a meu ver, equivocadamente – a retroagir para 1951, para o início do “retorno a Freud”. É o que faz Zafirooulos (2003, pp. 29-31), afirmando que o próprio Lacan assim o teria situado ao analisar posteriormente seu percurso intelectual. É importante reconhecer que Lacan de fato:

1. Localiza, em 1951, o início de seu ensino (Lacan, 1971, p. 5), fazendo, com isso, uma referência aos anos de seminário que ele mesmo concordara em deixar de fora das *Éditions Seuil*, estabelecendo o livro de número 1 no ano letivo de 1953-1954;
2. Busca, em *Intervenção sobre a transferência*, conferir um lugar apropriado ao discurso analítico (Lacan, 1972, p. 8).

Esses dois gestos não são, todavia, suficientes, como ainda veremos, para caracterizar o projeto de retornar a Freud. De todo modo, o que Zafirooulos utiliza para sustentar esse argumento é, em contrapartida, um trecho de *A coisa freudiana* – ou seja, uma conferência na qual Lacan se nomeia arauto desse projeto –, trecho em que ele faz referência aos quatro anos de dedicação ao comentário de textos freudianos (1955/1966h, pp. 403-4; cf. Zafirooulos, 2003, p. 125). Sendo a conferência datada de 1955, a subtração de quatro anos nos oferece, de fato, o ano de 1951 como início desses comentários. O problema é que nada nessa constatação nos permite enxergar aí um suposto estabelecimento, por parte de Lacan, do início da propagação do movimento de “retorno”. Do fato dele dizer, no contexto de uma conferência que descreve sua proposta, que

começou seu comentário de texto em 1951, não se segue que ele mesmo entenderia essa data como aquela em que teria se lançado a elaborá-la e a divulgá-la.

Por certo, poderíamos identificar alguns aspectos do movimento de “retorno” em 1951. Em especial, dois:

1. A ênfase na atenção a ser dispensada a um comentário direto e minucioso do texto freudiano e a insistência na heterodoxia retrógrada dos pós-freudianos;
2. O destaque para um papel explicativo do jogo de trocas de mulheres (do qual Dora seria um dos objetos), claramente inspirado em Lévi-Strauss:

Assim como para toda mulher, e por razões que estão no próprio fundamento das trocas sociais as mais elementares (as mesmas que Dora formula nas queixas de sua revolta), o problema de sua condição reside, no fundo, em se aceitar como objeto do desejo do homem, e, para Dora, é esse o mistério que motiva sua idolatria pela Sra. K... (...). (Lacan, 1951/1966e, p. 222)

No entanto, esses aspectos significam que um caminho ainda está sendo preparado, justamente pela tensão entre a teoria do estágio do espelho e a antropologia estrutural. O fato de haver uma alusão à obra de Lévi-Strauss a propósito da questão da troca simbólica – ou até mesmo a citação direta muito precoce (Lacan, 1949/1966d, p. 95) de um de seus artigos²³ – não corresponde, por si só (ou seja, de uma maneira independente do curso mais geral dos conceitos), a uma visada propriamente lévi-straussiana, quer dizer, estruturalista.

²³ Exatamente: *A eficácia simbólica* que também foi publicado em 1949. (Lévi-Strauss, 1949b/1975).

Quando o que está em jogo é perscrutar, dentro dessa rubrica, o sentido do deslanchamento de um novo movimento teórico – tal como descrito por Lacan (1969), por exemplo: trata-se, “no nível do retorno a Freud, da dependência do sujeito com relação a algo verdadeiramente elementar e que tentamos isolar sob o termo ‘*significante*’” (p. 1) –, deixa de ser possível tomar esse comentário sobre Dora como ponto de partida (ainda que Lacan porventura o tivesse designado posteriormente para esse lugar), uma vez que, aí, o que é posto em jogo como operador teórico-clínico central ainda é, claramente, o instrumental da teoria centralizada na imago. Interessa, para a presente análise, o movimento dos conceitos, e não as declarações deslocadas e superficiais. O percurso de constituição do sujeito ainda não é determinado pelo Outro, mas pela alienação na imagem do outro, e ainda não são lançadas as bases para a admissão da noção de inconsciente. Isso fica muito claro em trechos explicativos do conflito de Dora, tais como o seguinte:

Para ter acesso a esse reconhecimento de sua feminilidade, ser-lhe-ia preciso realizar essa assunção de seu próprio corpo, sem o que ela permanece exposta ao desmembramento funcional (para nos referirmos ao aporte teórico do estágio do espelho), que constitui os sintomas de conversão.

Ora, para realizar a condição desse acesso, ela só teve como único intermediário aquilo que a imago original nos mostra ter-lhe oferecido uma abertura para o objeto, a saber, o parceiro masculino com quem sua diferença etária lhe permitiu identificar-se nessa alienação primordial na qual o sujeito se reconhece como eu [je]...”
(Lacan, 1951/1966e, p. 221)

Indiscutivelmente, a alienação primordial constituinte da subjetividade é imputada ao registro imaginário. Do fato de ela ter

convergido de Dora para uma imagem masculina (a de seu pai), decorrem todos os seus sintomas, de forma que o contexto do circuito social de trocas aparece como algo com que o sujeito se depara *após já ter atravessado a identificação* – como, aliás, podemos perceber na seguinte descrição de Zafirooulos (2003):

o mal-estar de Dora explica-se totalmente pela espécie de desarmonia fundamental existente entre o registro primordial das suas identificações – o do estádio do espelho que a situa do lado homem –, e a mensagem inconsciente que ela recebe do Outro²⁴ social (sua rede), ordenando-lhe a retomar seu lugar de mulher no circuito de troca onde seu destino a convoca. (p. 119)

Se o problema para Dora reside na impossibilidade de se aceitar como objeto de desejo de um homem, isso se deve a um motivo que, na ordem das razões, lhe é anterior e que se encontra abrigado pela contingência de sua identificação imaginária original.

Enfim, em 1951, já existia, para Lacan, a constatação da má interpretação de Freud por seus discípulos, mas ainda não haviam sido equacionadas as bases teóricas para a defesa de uma nova via que pudesse se afirmar “freudiana”, via esta necessariamente devedora da reinterpretação da noção de inconsciente ainda por se apresentar. Atravessando o caso Dora, a reflexão atinge, portanto, o problema de fundo: se fazer ciência do sujeito é o que se quer, então sua verdade terá que ser procurada em outro lugar. É preciso, conseqüentemente, pensar algo além do espelho e do imaginário; a “verdade do sujeito” não pode residir na alienação especular. Quando Narciso diz à sua própria imagem “tu és eu mesmo”, ainda que uma

24 A rigor, não faz muito sentido usar “Outro”, com maiúscula, quando a referência é 1951.

verdade seja aí desencerrada, trata-se de uma verdade que continua a enganá-lo. Logo, que o *eu* lacaniano seja sempre objeto, efeito da determinação imaginária, impossibilitado de afirmar-se sujeito, pode significar, como explica Simanke (2002), o mais importante “fracasso” da teoria do imaginário:

talvez essa seja a principal limitação interna de sua teoria do imaginário: ela não chega a cumprir aquilo a que se propõe, isto é, dar conta do problema da constituição do sujeito, cuja solução é exigida pelo programa de pesquisa que se elaborou desde a Tese. (pp. 307-8)

A partir daí, será necessário estabelecer uma diferenciação entre o *eu* e o sujeito, o primeiro restrito à ordem imaginária e imbuído de um teor de formação sintomática e o segundo, sujeito do inconsciente, revestido pela verdade do desejo. Nesse movimento, não há como deixar de perceber a influência direta do insumo filosófico mais proeminente nessa época. Basta lembrarmos que Kojève (1947), além de propor distinguir o *je* do *moi*, definia a essência do ser humano do seguinte modo: uma negatividade negadora, um vazio irreal, um nada revelado...²⁵ Impossível não enxergar aí os mais adequados elementos para o lugar interrogativo configurado pela condução da teoria lacaniana: um lugar para a subjetividade, plenamente capaz de se distinguir das objetivações egóicas, devido justamente ao seu caráter negativo. “Desejar o desejo do outro” significa aí mergulhar em uma relação com o não ser próprio e definidor do humano.

25 Roudinesco (1993/1994, pp. 118-20) menciona o projeto de artigo que, em 1936, esses autores tinham em comum. Seria chamado de *Hegel e Freud: ensaio de uma confrontação interpretativa* e dividido em três partes: 1 – Gênese da consciência de si; 2 – A origem da loucura; e 3 – A essência da família. O texto, todavia, não foi levado a cabo. Mais por Lacan do que por Kojève, que chegou a rascunhar as primeiras páginas sobre a formação da consciência.

A abertura então requisitada pela clínica vai ao encontro das descrições disponibilizadas neste outro nível: o filosófico, que também exerce aí, ao lado do diálogo com a experiência e do movimento mais estritamente interno da teoria, a função de fomentar o nascimento, no pensamento de Lacan, da necessidade de pensar um sujeito descentrado; um sujeito para quem identificar-se corresponde à instauração de constantes deslocamentos e que, dessa forma, não poderá se esgotar na assimilação a uma essência, qualquer que seja ela:

Se o Desejo “reconhece a si mesmo” em outro Desejo, isso acontece apenas na medida em que o último “revela” ao Desejo sua própria não identidade a si mesmo – ou, se quisermos, isso acontece porque o Desejo do outro não “revela” nada ao Desejo; ele revela o próprio nada do Desejo. Por conseguinte, esse espelho não reflete nada – e, portanto, não é mais um espelho, mas antes um buraco, um vazio, uma vertigem, impetuosamente tentando fugir de toda “consciência de si”. (Borch-Jacobsen, 1991a, p. 92)

Diferentemente de Borch-Jacobsen – cujas linhas acabamos de ler –, que argumenta que o reconhecimento imaginário passa a ser um impasse *porque* nasce o sujeito descentrado, diríamos, antes, que o sujeito descentrado ganha alento nesse contexto *devido a esse* impasse, o que constitui uma inversão de relevância na perspectiva pela qual se apreende o desenvolvimento da teoria. Essa hipótese será desenvolvida adiante – no Capítulo 2 –, quando teremos a oportunidade de pensar detalhadamente como essa subjetividade descentrada aparece e se incumbe de um papel principal na obra lacaniana. Veremos ainda, ao longo deste livro, que conceitos como *Édipo, falo, Outro* e objeto *a* podem ser lidos, no campo lacaniano, como vieses do esforço de fazer dialogar o desejo e o significante, isto é, acompanharemos o concurso da negação assim herdada de

Kojève – e, em dimensão mais essencial, “apanhada” como uma espécie de resto da clínica do imaginário –, com a ciência e o inconsciente tal como fornecidos pelo enquadre estruturalista.

Enfim, após esse itinerário, o reflexo imaginário exhibe sua impotência de princípio para cumprir a missão que lhe fora confiada e, sem sair de cena – pois encontrará na teoria outro lugar que não aquele de definição última da subjetividade –, assiste ao surgimento em primeiro plano da realidade volátil de um desejo, cuja função é a de negar a realidade.

Consequentemente, o próprio desenvolvimento da teorização sobre o *eu* no contexto do narcisismo e do estádio do espelho agencia a eliminação do antigo projeto de construção de uma psicologia e a instalação de novas perguntas sob os mesmos princípios de pensamento: o que pode ser essa subjetividade para além do *eu* e do espelho? Como seria possível pensá-la? Como encontrar, fora da psicologia, um espaço para tratar daquilo que tradicionalmente era seu objeto de direito? E ainda: como, através dessas respostas, legitimar um uso não internalista do conceito de inconsciente?

1.2 Características do estruturalismo que favoreceram a aproximação

Tem-se mesmo a impressão de uma incrível convergência histórica ao se analisar esse período de transição da obra lacaniana: que seus impasses teóricos tenham se encontrado, temporal e geograficamente, com um tipo de racionalidade que, a princípio, lhe era totalmente exterior, oriundo de outras paragens e de inquietações inteiramente diversas. Afinal, o que poderia ser mais bem-vindo nesse momento do que se deparar com uma reflexão-ferramenta que, além de pretender fazer ciência e de designar a si mesma como igualmente anti-individualista, ainda fomentasse um uso completamente novo e

Jacques Lacan abre infinitos campos, deixando a cargo de suas leitoras e leitores um trabalho inesgotável. Muitos se perdem nessas largas florestas de referências e circulam desorientados pelos sinuosos labirintos de suas articulações. Esse definitivamente não é o caso de Léa Silveira em *A travessia da estrutura em Jacques Lacan*. A autora segura o irreverente psicanalista com rédeas curtas. Esmiúça a obra partindo da noção lacaniana de sujeito com bisturi em mãos e lentes de aumento nos olhos. Perfura a carne em torno de cada caroço notado até dissolver os nós que os cristalizam. Em torno do sujeito há toda uma estrutura que o determina e, ao mesmo tempo, não é capaz de soterrar sua singularidade. Aliás, o que é singular só pode existir em função do conjunto de determinações estruturais que compõem as camadas sociais e políticas, mas paradoxalmente resiste a tal ordenação. Eis o impasse capcioso que a autora ousa enfrentar, expondo aos leitores as várias implicações de tal enredamento. Se alguém busca uma obra capaz de explicitar problemas colocados pelo psicanalista francês, sem reduzi-los a fórmulas fáceis, tem em mãos um precioso material de estudo. Não encontrará um caminho sem pedras, mas terá, sem sombra de dúvida, um mapa detalhado e muito bem desenhado para seguir.

Alessandra Affortunati Martins

Psicanalista e pesquisadora da Cátedra Edward Saïd (Unifesp)

PSICANÁLISE

ISBN 978-65-5506-074-4



9 786555 060744



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

A Travessia da Estrutura em Jacques Lacan

Léa Silveira

ISBN: 9786555060744

Páginas: 438

Formato: 21 x 14 cm

Ano de Publicação: 2022
